

Falta de demarcação ameaça indígenas isolados

Determinação de STF de fazer cronograma de identificação e delimitação de terras indígenas de povo de raro contato não é seguida no caso dos Kawahiva, que habitam área do arco de desmatamento na Amazônia Legal

DANIEL BIASSETTO E
LUIZ FELIPE AZEVEDO
brasil@globo.com.br

Localizada no chamado arco do desmatamento e considerada a "porta de entrada" da Amazônia Legal, a Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, em Colíza (MT), abriga um grupo isolado identificado e confirmado pela Funai nos idos de 2001. Mas de lá para cá, o processo de demarcação do território se arrasta, enquanto a floresta é derrubada por madeireiros e tomada pela grilagem em unidades de conservação que servem como zona de amortecimento ao habitat da comunidade ameaçada. Somente entre 2019 e 2022, já foram devastados mais de 5,5 mil hectares de mata nativa.

O Ministério da Justiça publicou uma portaria em 19 de abril de 2016 declarando os limites da área. Mas nada mais foi adiante. E os órgãos federais desenvolvem desde agosto de 2023 uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) para elaborar um cronograma de identificação e delimitação das terras indígenas com referência confirmada de povo indígena isolado, entre elas Tiriupura e Kawahiva, ambas em Colíza, cidade campeã de desmatamento na Amazônia em 2022.

IMAGENS INÉDITAS

Imagens inéditas de expedições obtidas pelo GLOBO mostram a presença dos kawahiva na área a ser delimitada. Nas fotos e vídeos, foram registrados tapiris



(casas e proteção de palhoça), centos, redes e cumbucas feitas da casca da palhoça (folha larga de palmeiras aéreas), o que indica que algumas crianças estão entre o grupo e os usam como brinquedo.

— Não há dúvida da presença dos indígenas nesses territórios. Algumas pessoas duvidam porque não entendem queos kawahiva são isolados, que vivem exclusivamente na floresta e por isso não são vistos nas cidades. Mas eu mesmo já toquei com os kawahiva, em três ocasiões diferentes. Eles já me jogaram uma flecha — afirma Jair Candor, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena, responsável pelo monitoramento e fiscalização da área, que também localizou os indígenas Tiriupura em 1989.

À ESPERA DE PROTEÇÃO



Candor estima que existam na TI Kawahiva do Rio Pardo entre 30 a 40 indivíduos, pelo menos, com algumas famílias divididas em pequenos grupos.

O atraso na demarcação gera insegurança jurídica para a proteção desses povos. Por terem resposta imunológica menos eficiente para combater infec-



Encontrou três vezes. Jair Candor (com indígena ao lado) já se encontrou com os kawahiva, registrados recentemente em vídeo e fotos (acima).

ções virais e serem mais vulneráveis e suscetíveis a doenças, podem morrer por uma simples gripe. Sem memória imunológica, podem ser dizimados ao primeiro contato com invasores.

Para o indigenista Elias Bigio, ex-coordenador Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai e estudioso da região, a insatisfação e os interesses de fazendeiros e empresários do agronegócio estão por trás da demora para demarcar o território.

— Ao longo das últimas décadas o processo de demarcação teve de tudo: batalhas jurídicas em instâncias superiores, fogo na base da Funai e muita violência contra servidores que ali atuam — relembra.

Questionada sobre o status da demarcação, a Funai detalhou os mecanismos

legais que se baseiam os processos, sem responder em que estágio está a regulação da TI Tiriupura. A Funai também não citou a situação da TI Kawahiva, que aguarda ainda a demarcação física, de acordo com o cronograma ordenado pelo Supremo.

Procurado, o Ministério da Justiça e Segurança Pública afirmou que as homologações das demarcações das duas TI não estão na pasta, pois se encontram ainda em análise no Ministério dos Povos Indígenas. A pasta comandada por Sonia Guajajara foi procurada, mas não respondeu aos questionamentos. Já o Ministério Público Federal afirmou que as manifestações do órgão "são feitas pelos autos" e que o processo de demarcação é realizado pelo governo federal.

Proposta de governo não põe fim a greve nas universidades

Professores e funcionários analisam na semana que vem oferta do MEC

BRUNO ALFANO
brasil@globo.com.br

As categorias dos técnicos administrativos da educação e dos professores vão decidir na semana que vem se aceitam as novas propostas do governo federal para o fim das greves nas universidades e institutos federais. Até ontem, ao menos 52 universidades, 79 institutos e 14 campi do Colégio Pedro II estavam parados, pelas paralisações das duas categorias.

O governo apresentou on-

tem aos dois sindicatos uma proposta de reajuste de 9% em janeiro de 2025 e mais 3,5% em maio de 2026. A reivindicação dos técnicos administrativos é de 37% de reajuste em três anos. O impacto dessa medida seria de R\$ 8 bilhões. A dos professores é de 22%, ainda sem impacto divulgado.

De acordo com Daniel

ficou aquém do esperado, e o fato de ser a mesma para os professores também incomodou.

— Em 2015, houve reajuste aos docentes que não chegou aos técnicos. Somos a maior categoria do funcionalismo público e temos os menores salários — afirma Farias. — Os 9% de um docente, que recebem em torno de R\$ 20 mil, já dão cerca de R\$ 1,5 mil. Foi uma proposta indecorosa do governo — afirmou.

Entre os técnicos administrativos, há cinco níveis



Parados e protestando. Alunos de várias universidades em Brasília

salariais: do A (funções como porteiro, auxiliar de serviços gerais) ao E (psicólogos, assistentes sociais, biólogos, administradores, etc.). A variação de remuneração base vai de R\$ 1,5 mil a R\$ 4,3 mil. A maior parte da categoria (70%) está concentrada nos níveis E e D

(profissões de nível médio, como técnico administrativo e auxiliar de enfermagem, com salários base de R\$ 2,3 mil).

REFORMULAÇÃO

A proposta do governo também prevê uma reformulação da carreira desses servi-

dores. Na avaliação de Farias, esse foi um avanço pequeno, em cinco de 12 pontos pedidos pela categoria. Os cinco não geram grandes custos para o governo, segundo o sindicalista.

Entre os professores, a proposta ainda vai ser discutida. Mas na avaliação de Gustavo Seferian, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), o avanço nas negociações entre os docentes foi tímido:

— Revela o quanto a greve é meio eficaz na conquista de avanços e vitórias em defesa do serviço público. A crescente mobilização aponta certamente que há mais que podemos conquistar. A proposta será avaliada pelas bases em rodadas de assembleias que ocorrerão entre os dias 22 e 25 de abril.

MP pede para governo de SP explicar IA para aulas

Promotor questiona Secretaria de Educação sobre pesquisas que sustentem decisão de usar ChatGPT para elaborar conteúdos

PÂMELA DIAS
pamela.dias@globo.com.br

O Ministério Público do estado de São Paulo questionou a Secretaria de Educação de São Paulo sobre a decisão de usar a ferramenta ChatGPT na produção de aulas digitais para os

3,5 milhões de alunos de parte do ensino fundamental e do ensino médio na rede estadual. O órgão quer saber como e em quais materiais a tecnologia será empregada, detalhes do funcionamento e se alguma empresa foi contratada para mudança, além de pesquisas que sustentem a decisão.

A proposta anunciada pela gestão Tarcísio Freitas (Republicanos) prevê que os professores curricularistas — que fazem o material pedagógico — deem os comandos à inteligência artificial para a elaboração dos cursos. Depois, eles farão a revisão do conteúdo, assim como os docentes que terão

de usar o material. Segundo a secretaria, o papel da IA será aprimorar as aulas com a inserção de novas propostas de atividades.

Em documento protocolado na quinta-feira, o promotor de Justiça Bruno Orsini Simonetti pede que o governo detalhe todas as plataformas de IA compradas

ou usadas gratuitamente para produzir os conteúdos escolares e suas finalidades pedagógicas.

O Ministério Público pediu ainda que seja informado o número de computadores e tablets disponíveis em cada unidade escolar da rede de ensino estadual, assim como a proporção de

alunos por equipamento e por escola, e que a Seducrelate se foram editados atos administrativos com a finalidade de orientar o uso dessas tecnologias.

Uma reunião com os responsáveis pela Coordenadoria Pedagógica, área da secretaria que cuida da produção das aulas digitais, e da Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidências e Matrícula foi agendada para maio, para que o governo apresente como será a nova forma de produção de material didático.